

Ajuste Direto n.º 08/2025

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA ESTRATÉGICA NO ÂMBITO DAS
FINANÇAS LOCAIS E GESTÃO AUTÁRQUICA**

CONVITE

N.º de Registo:	655
Processo:	2025/300.10.005/20
Data:	24/02/2025

ÍNDICE

<u>Artigo 1.º - Identificação do procedimento</u>	3
<u>Artigo 2.º - Entidade adjudicante</u>	3
<u>Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar</u>	3
<u>Artigo 4.º – Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento</u>	3
<u>Artigo 5.º – Proposta</u>	4
<u>Artigo 6.º - Propostas variantes</u>	4
<u>Artigo 7.º - Documentos que constituem a proposta</u>	4
<u>Artigo 8.º – Proposta de preço</u>	5
<u>Artigo 9.º - Modo de apresentação da proposta</u>	5
<u>Artigo 10.º - Prazo para apresentação das propostas</u>	6
<u>Artigo 11.º - Prazo da obrigação de manutenção das propostas</u>	6
<u>Artigo 12.º – Análise das Propostas</u>	7
<u>Artigo 13.º – Esclarecimentos sobre as propostas</u>	8
<u>Artigo 14.º - Critério de adjudicação</u>	8
<u>Artigo 15.º - Adjudicação no caso de apresentação de uma única proposta</u>	8
<u>Artigo 16.º – Notificação da decisão de adjudicação</u>	9
<u>Artigo 17.º - Documentos de habilitação</u>	9
<u>Artigo 17.º – Idioma dos documentos de habilitação</u>	10
<u>Artigo 18.º – Não apresentação dos documentos de habilitação</u>	10
<u>Artigo 19.º – Caução</u>	11
<u>Artigo 20.º – Minuta do contrato</u>	11
<u>Artigo 21.º – Reclamações contra a minuta</u>	11
<u>Artigo 22.º - Contrato</u>	12
<u>Artigo 23.º - Legislação aplicável</u>	12
<u>LISTA DE ANEXOS AO CONVITE</u>	12
<u>ANEXO I - Modelo de declaração</u>	13
<u>ANEXO II - Modelo de declaração</u>	14

Artigo 1.º - Identificação do procedimento

1. O presente procedimento é designado por ajuste direto n.º 08/2025, para aquisição de serviços de Assessoria Estratégica no âmbito das Finanças Locais e Gestão Autárquica, de acordo com o respetivo Caderno de Encargos.
2. O presente procedimento por ajuste direto será realizado ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Artigo 2.º - Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a CI-AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, sita na Rua General Humberto Delgado, n.º 20, 8000-355 Faro – Portugal, com o telefone (+351) 289 880 800 e e-mail: geral@amal.pt.

Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar

O órgão competente para a decisão de contratar é o Secretariado Executivo Intermunicipal, conforme proposta n.º 82, aprovada na reunião ordinária do Conselho Intermunicipal de 7 de janeiro de 2022.

Artigo 4.º – Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do órgão competente para a decisão de contratar.
2. Os esclarecimentos devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica utilizada pela AMAL, acinGov, disponível no endereço <https://www.acingov.pt/> , devendo ser sempre indicado no assunto a referência do procedimento.
3. No mesmo prazo referido no ponto anterior, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.

4. Tratando-se de um ajuste direto, cujo prazo para apresentação de propostas é inferior a nove dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento e as retificações das mesmas podem ser prestados ou efetuados até ao dia anterior ao termo daquele prazo.
5. O órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, nos termos e no prazo previstos no número anterior.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 5.º – Proposta

1. Na proposta a entidade convidada manifesta a sua vontade de celebrar o contrato e indica o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Entende-se por atributo da proposta qualquer elemento ou característica da mesma que diga respeito a um aspeto da execução do contrato submetido à concorrência pelo Caderno de Encargos.
3. É excluída a proposta que apresente atributos, termos ou condições que não obedeçam a todas as características técnicas exigidas.

Artigo 6.º - Propostas variantes

1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
2. Para efeitos do número anterior, são variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos pelo Caderno de Encargos.

Artigo 7.º - Documentos que constituem a proposta

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) **Declaração** do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do CCP (**Anexo I** do presente convite), assinada pelo convidado ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

- b) Documento do qual constem os **atributos da proposta**, de acordo com os quais a entidade convidada se dispõe a contratar, ou seja, a **proposta de preço total para o serviço em causa**.
 - c) No caso de pessoa coletiva, **cópia da certidão de inscrição no registo comercial ou código de acesso**, ou documento equivalente no caso de se tratar de uma entidade de natureza não comercial;
 - d) Integram também a proposta quaisquer outros documentos que a entidade convidada apresente por os considerar indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da sua proposta, de acordo com os quais se dispõe a contratar.
2. Todos os documentos que constituem a proposta devem ser assinados pela entidade convidada ou por representante que tenha poderes para a obrigar.

Artigo 8.º – Proposta de preço

- 1. Os preços constantes das propostas não incluem IVA, são indicados em euros e em algarismos, com o máximo de duas casas decimais.
- 2. O preço constante da proposta não pode ultrapassar, em caso algum, sob pena de exclusão da mesma, o valor base fixado no caderno de encargos do presente procedimento.
- 3. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
- 4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços unitários.

Artigo 9.º - Modo de apresentação da proposta

- 1. Os documentos que constituem a proposta apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela AMAL, acinGov, disponível no endereço <https://www.acingov.pt/> , através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
- 2. **Todos os documentos enviados, incluindo a proposta e respetivos documentos deverão estar assinados eletronicamente em cumprimento do disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto ou**

seja, a aposição de assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que constituem a proposta.

3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, como acontece por vezes com o cartão de cidadão, deve a entidade interessada submeter uma procuração que indique o poder de representação e assinatura do assinante.

4. O não cumprimento dos números anteriores é motivo de exclusão da proposta.

5. A entidade convidada deve prever o tempo necessário para a inserção da proposta, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõe, uma vez que só é admitida a proposta que tenha sido assinada (com assinatura eletrónica qualificada) e recebida até à data e hora referidas no n.º 1 do artigo seguinte.

6. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual a entidade convidada declare aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Artigo 10.º - Prazo para apresentação das propostas

1. As propostas e os documentos que as constituem deverão ser apresentados até às **23:59 horas do 6.º dia** a contar da data do envio do convite.

2. Nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do CCP, os prazos para apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

Artigo 11.º - Prazo da obrigação de manutenção das propostas

A entidade convidada é obrigada a manter a respetiva proposta pelo prazo de **66 (sessenta e seis) dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, período esse que se renova automaticamente, caso a entidade convidada não manifeste, por escrito, vontade contrária.

Artigo 12.º – Análise das Propostas

1. A proposta é analisada de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 70.º do CCP.
2. É excluída a proposta que:
 - a) Não seja recebida no prazo fixado;
 - b) Não obedeça a todas as características técnicas exigidas pelas peças que constituem o presente procedimento;
 - c) Não apresente algum dos atributos, ou algum dos termos ou condições, nos termos do disposto no artigo 57.º do CCP, no presente Convite e Caderno de Encargos, ou que não os apresentem corretamente;
 - d) Apresente atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresente quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo das exceções legalmente previstas;
 - e) Não apresente todos os termos ou condições exigidos, relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule;
 - f) Impossibilite a avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
 - g) Não for assinada pela entidade convidada ou por representante que tenha poderes para a obrigar;
 - h) Não for apresentado documento que demonstre os poderes de representação do representante legal;
 - i) Cujo contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;

- j) Indique a existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência;
 - k) Apresente algumas das situações previstas no n.º 2 do artigo 146.º do CCP;
 - l) Não observem o disposto no presente Convite.
3. A exclusão de quaisquer propostas com fundamento no disposto na alínea j) do número anterior será, para os devidos efeitos, comunicada à Autoridade da Concorrência.

Artigo 13.º – Esclarecimentos sobre as propostas

1. Podem ser solicitados à entidade convidada quaisquer esclarecimentos sobre a proposta apresentada que considere necessários para efeito da análise e da avaliação da mesma.
2. Os esclarecimentos prestados pela entidade convidada fazem parte integrante da proposta, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

Artigo 14.º - Critério de adjudicação

A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, adoptando-se, para o efeito, a modalidade de monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspecto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço.

Artigo 15.º - Adjudicação no caso de apresentação de uma única proposta

1. De acordo com o disposto no artigo 125.º do CCP, nos casos em que é apresentada uma única proposta, compete aos serviços da CI-AMAL pedir esclarecimentos sobre a mesma e submeter o projeto de decisão de adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar.
2. No caso previsto no número anterior, não há lugar às fases de negociação e de audiência prévia, nem à elaboração dos relatórios preliminar e final, podendo, porém, o concorrente ser convidado a melhorar a sua proposta.

Artigo 16.º – Notificação da decisão de adjudicação

1. Após a decisão de adjudicação, a entidade convidada será notificada da mesma.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário será notificado para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no presente Convite;
 - b) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
 - c) Aceitar ou reclamar da minuta de contrato.

Artigo 17.º - Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, em suporte digital, através da plataforma eletrónica disponível no endereço <https://www.acingov.pt/>, no **prazo de 5 dias úteis** após a respetiva notificação, os seguintes documentos de habilitação, nos termos previstos no artigo 81.º do CCP:
 - 1.1. Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP (**Anexo II** do presente Convite);
 - 1.2. Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP, designadamente os seguintes documentos:
 - a) **Registo Criminal** da adjudicatária e, no caso de se tratar de pessoas coletivas, dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas, que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - b) Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a **Segurança Social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

c) Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao **Estado Português** ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.

d) **RCBE** - Declaração de Registo Central do Beneficiário Efetivo

2. Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

3. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos, é dispensada a sua apresentação nos termos do número 1 ou a indicação prevista no número anterior.

4. O órgão competente para a decisão de contratar pode, a todo o tempo, exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

5. O adjudicatário deverá proceder à imediata substituição dos documentos de habilitação sempre que se verifique a caducidade daqueles anteriormente entregues.

Artigo 17.º – Idioma dos documentos de habilitação

1. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.

2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 18.º – Não apresentação dos documentos de habilitação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a) No prazo fixado no presente Convite;
 - b) Redigidos em língua portuguesa ou, nos casos expressamente previstos no presente Convite, acompanhados de tradução devidamente legalizada.
2. Se nos documentos apresentados constar alguma irregularidade, o adjudicatário terá um prazo de 3 dias úteis para suprimir as mesmas, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do CCP
3. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo não superior a 5 dias úteis, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
4. Quando as situações previstas no n.º 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 19.º – Caução

Nos termos do disposto no na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução.

Artigo 20.º – Minuta do contrato

- 1. A minuta do contrato é enviada ao adjudicatário para aceitação.
- 2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos dois dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 21.º – Reclamações contra a minuta

- 1. São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações que contrariem ou não constem na proposta ou nos documentos que servem de base ao procedimento.
- 2. Em caso de reclamação, a CI-AMAL comunica ao reclamante, no prazo de 10 (dez) dias, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a rejeita se nada disser naquele prazo.

3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte do contrato.

Artigo 22.º - Contrato

1. O contrato deve ser celebrado, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da aceitação da minuta ou do conhecimento sobre a decisão da reclamação.
2. A CI-AMAL comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, hora e o local em que se celebra o contrato, ou no caso de assinatura por meios eletrónicos, o prazo para a outorga e remessa do contrato será comunicado com a antecedência mínima de 3 (três) dias.

Artigo 23.º - Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente Convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e demais legislação aplicável.

O Primeiro Secretário

Joaquim Brandão Pires

Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa
Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.

LISTA DE ANEXOS AO CONVITE

- Anexo I – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- Anexo II – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;

ANEXO I - Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 - ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

- a)
- b)

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (4)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º.

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II - Modelo de declaração
[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... [*nome, número de documento de identificação e morada*], na qualidade de representante legal de (1) ... [*firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes*], adjudicatário(a) no procedimento de ... [*designação ou referência ao procedimento em causa*], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [*ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados* (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[*Local*], [*data*] [*Assinatura* (5)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º